



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01 /2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO GONÇALO/RJ

SELEÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS – ILPI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.

O Município de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, com esteio na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e no Decreto Municipal 166 de 06 de agosto de 2019, torna público o presente Edital de Chamamento Público, visando pactuar Termo de Fomento para execução Serviço de Acolhimento Institucional modalidade ILPI: Instituição de Longa Permanência para Idosos.

O presente edital, bem como seus anexos, estarão disponíveis para consulta através do Site da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (www.pmsg.rj.gov.br).

1. OBJETIVO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1 A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de Plano de Trabalho para a celebração de parceria com a Prefeitura de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, para formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), para execução de Serviço de Acolhimento Institucional modalidade ILPI: Instituição de Longa Permanência para idosos, grau de dependência I, II e III, com meta de 90 (noventa) usuários, conforme as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, pelo Decreto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Municipal 166 de 2019 e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3 O prazo correspondente ao tempo para execução integral do objeto de parceria prevista neste edital será de 12 (doze) meses, passível de prorrogação, critério da administração pública, desde que o prazo final, não exceda 5(cinco) anos, conforme previsto no artigo 22 do Decreto 166/ 2019.

1.4 Os demais Planos de Trabalho classificados, mas não selecionados, ficarão em lista de espera, caso haja desistência ou impugnação da OSC classificada, nos termos deste edital. Serão selecionados Planos de Trabalho, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de fomento.

2.0 - OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

2.1 Constitui objeto deste Edital de Chamamento Público selecionar Organizações da Sociedade Civil – OSC, devidamente habilitada no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), para firmar parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), para execução através de Termo de Fomento, de Serviços de acolhimento institucional de longa permanência para idosos, para o atendimento de até 90 (noventa) usuários de ambos os sexos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

2.2 No caso de mais de uma organização/entidade ofertar o serviço, ou na impossibilidade de um só ofertar o quantitativo de vagas estabelecido, os valores serão divididos pelo número de proponentes.

3.0 DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 Para este Chamamento Público serão destinados especificamente R\$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais) para implantação do serviço a ser repassado juntamente com a primeira parcela e montante anual de R\$ 2.430.000,00 (dois milhões e quatrocentos e trinta mil reais) oriundos de Recursos federais e municipais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As despesas decorrentes da execução do objeto serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária.

Programa de Trabalho: 2345.08.244.2072-2.209, Natureza da Despesa 3.3.50.43.00

Fonte: 00 - 40% - Recurso Municipal

Fonte : 27 -60% - Recurso Federal

GRAU	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R\$)
I, II E III	90	2.250,00
TOTAL	90	202.500,00
Referências pactuadas	Valor mensal	Valor total/ano
90 idosos	R\$ 202.500,00	R\$ 2.430.000,00

3.2 O valor total dos recursos será repassado mensalmente, nos termos do Plano de Trabalho (anexo V) e do Termo de Fomento (anexo VI) de acordo com o cronograma de desembolso, respeitada a vigência da parceria e os pressupostos legais, além de estar condicionado à avaliação positiva do Controle Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) quanto à execução do Serviço, à manutenção da habilitação jurídica e à regular prestação de contas.

4.0 JUSTIFICATIVA

Com o avanço da idade e a significativa perda da autonomia, a situação de dependência dos cuidados de terceiros é uma vulnerabilidade com impacto importante na vida das pessoas idosas, por isso deve ser considerada no seu conjunto de variáveis multidimensionais, em especial quando associada à pobreza ou à extrema pobreza. Essa associação pode resultar em restrição do acesso a direitos, na precarização dos cuidados familiares e/ou em risco social para esta faixa etária. Soma-se a isso que parte significativa das pessoas em vulnerabilidade social podem estar em situação de desproteção social devido a vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Desta feita é urgente que se ofereça lugar de acolhimento e proteção integral no município no âmbito da Política de Assistência Social. O envelhecimento populacional trouxe consigo temas emergentes como os maus tratos contra idosos,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

por conseguinte, nos últimos anos, a demanda de idosos com necessidade de acolhimento institucional cresceu. Sendo assim, a impossibilidade administrativa do Poder Executivo de São Gonçalo executar diretamente o serviço de acolhimento institucional de idosos e a crescente demanda, justifica o lançamento do presente edital, a fim de chamar Organização da Sociedade Civil - OSC para executar em regime de Fomento o Serviço de acolhimento institucional de idosos.

• **4.1 DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

A Tipificação Nacional de Serviços da Assistência Social, instituída pela Resolução CNAS nº109/2009, dispõe entre os serviços de alta complexidade o acolhimento institucional para idosos de 60 (sessenta) anos ou mais, de ambos os sexos, com grau de dependência I, II e III, com o objetivo de garantir proteção especial, de forma provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de auto sustento e convívio com os familiares. O serviço destina-se para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Desta feita, conforme o Estatuto do Idoso e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a organização do serviço deverá garantir os seguintes princípios:

I – Preservação dos vínculos familiares;

II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;

III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;

IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;

V – observância dos direitos e garantia dos idosos;

VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade;

VII - Idosos com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. Preferencialmente, deve ser ofertado aos casais de idosos o compartilhamento do mesmo quarto.

VIII - Idosos com deficiência devem ser incluídos nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Além destes princípios, a atuação da entidade deverá ocorrer conforme previsto no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no qual é apontado que a assistência social aos idosos será prestada conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

• **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

Garantir segurança de acolhida aos usuários, ofertando espaço para moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupa, banho e higiene pessoal, vestuário e pertences com acessibilidade de acordo com as normas da ABNT;

- Construir um Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU, que contemple suas demandas e grau de dependência, e vislumbre o processo de superação da situação de vulnerabilidade e risco social ora apresentada;
- Promover o acesso e o referenciamento dos usuários, bem como de suas famílias, aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, incluindo o Benefício de Prestação Continuada - BPC, quando for o caso;
- Promover o acesso e o referenciamento dos usuários às demais políticas públicas setoriais (Saúde, Educação, Habitação, Esporte e Lazer, Cultura etc.);
- Promover o acesso dos usuários aos demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Municipal do Idoso etc);
- Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária;
- Desenvolver condições para a independência e o auto cuidado;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Contribuir para prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Resgatar a convivência comunitária e familiar;
- Promover a convivência mista entre os usuários de diversos graus de dependência;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;
- Assegurar o acompanhamento do usuário após o desligamento do serviço, quando houver.

• **4.3 PÚBLICO ALVO**

Idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com graus I, II ou III de dependência, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, em decorrência dos mais variados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

motivos, dentre eles a situação de rua e desabrigo por abandono, situações de violência, negligência, ausência de moradia e sem condições de auto sustento. Por requisição do serviço da rede socioassistencial e das demais políticas públicas setoriais da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

5.0- DOS PRAZOS

5.1 O prazo de divulgação do Edital deverá obedecer o prazo mínimo de 30 (trinta) dias estabelecido na Lei nº 13.019/2014.

5.2 A formalização de consultas ocorrerá nos 05 (cinco) dias úteis subsequentes à publicação do Edital.

5.3 O edital poderá ser impugnado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o termo do prazo de formalização de consultas.

5.4 A entrega dos envelopes contendo a proposta técnica ocorrerá em 29/12/2021, às 10:00h, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada à Rua Dr. Porciúncula, nº 395, Venda da Cruz, São Gonçalo/RJ.

5.5 A Publicação do resultado da etapa competitiva do processo de seleção ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos envelopes.

5.6 Eventual Recurso do resultado da etapa competitiva do processo de seleção deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis, após a sua divulgação.

5.7 Apresentação de contrarrazões pelos interessados: até 05 (cinco) dias úteis.

5.8 Publicação das decisões recursais e resultado final da seleção de propostas contendo a convocação da OSC vencedora: até 05 (cinco) dias úteis.

5.9 Entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação pela OSC vencedora: até 05 (cinco) dias úteis.

5.10 Publicação do resultado do processo de habilitação: até 10 (dez) dias úteis.

5.11 Recurso do resultado da etapa de habilitação: até 05 (cinco) dias úteis.

5.12 Apresentação de contrarrazões pelos interessados: até 05 (cinco) dias úteis;

5.13 Publicação das decisões recursais da etapa de habilitação e do Resultado Final: até 05 (cinco) dias úteis;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

6.0 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil, que atendam aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e demonstrem a qualificação técnica exigida, conforme itens 10 e 11 deste edital.

6.2 As organizações interessadas deverão promover a execução das atividades objeto deste instrumento no Município de São Gonçalo/RJ.

6.3 Estarão impedidas de participar deste Chamamento as organizações que se enquadrarem no art. 39 da Lei Federal nº. 13.019/2014 ou no Art. 27 caput do Decreto Municipal nº166/2019 que tenham qualquer outro impedimento legal para contratar/firmar parceria com a Administração Pública Municipal.

6.4 A participação das Organizações da Sociedade Civil, interessadas no presente Chamamento Público implica na aceitação de todas as condições aqui apresentadas.

6.5 Não será exigida contrapartida em bens e serviços, facultada à Organização da Sociedade Civil sua prestação, cuja expressão monetária deverá ser obrigatoriamente identificada na proposta, não sendo exigido o depósito do valor correspondente.

6.6 Não é permitida a atuação em rede pelas Organizações da Sociedade Civil.

7.0- DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

7.1 Os pedidos de esclarecimentos referente ao chamamento público deverão ser entregues à Comissão de Seleção, por ofício, diretamente na Secretaria de Assistência Social SEMAS até o 5º (quinto) dia útil após a publicação do edital. A Comissão de Seleção terá prazo de 02 (dois) dias úteis para responder aos pedidos de esclarecimentos encaminhados.

8.0 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1 O prazo para impugnação deste Edital é de até 10 (dez) dias úteis contados de sua publicação.

8.2 As OSC's, poderão apresentar recurso contra o resultado da etapa competitiva e da etapa de habilitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação das decisões, à Comissão de Seleção.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.3 As razões de impugnação ao edital, as razões do recurso e as contrarrazões, quando propostas, deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas junto à Secretaria de Assistência Social, junto a Comissão de Monitoramento das Parcerias - no endereço Rua Dr. Porciúncula, 395, Venda da Cruz, São Gonçalo-RJ, no horário de 10:00h às 16:00h.

8.4 Não serão acolhidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, nem os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para representar a Organização da Sociedade Civil.

8.5 Os recursos que não forem reconsiderados pela comissão de seleção no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento, serão encaminhados à autoridade competente para decisão final, em até 5 (cinco) dias úteis. Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste subitem.

9.0 -DA ETAPA COMPETITIVA - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO.

9.1 A proposta deverá ser elaborada pela Organização da Sociedade Civil em consonância com o SERVIÇO, conforme descrito no item dois, para o atendimento ao objeto constante neste Edital.

9.2 Para comprovação de experiência, que será objeto de avaliação conforme itens 10 e 11 deverão ser apresentados junto à proposta os seguintes documentos, alternativamente:

- a) Instrumentos de Parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- b) Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas e do tempo de execução das atividades, desde que contenham o tempo de realização das atividades que possa ser mensurado;
- c) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou Serviços relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas que contenham o período de execução destes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

9.2 No caso de apresentação de diferentes comprovantes de experiência com períodos de execução concomitantes, será contabilizado apenas um dos períodos, sendo considerado o de maior tempo.

9.3 Para avaliação da consistência e planejamento financeiro deverá ser apresentada junto à proposta pelo menos uma referência de preço para cada item especificado. (Despesas com pessoal e encargos, aquisição de materiais, mobiliário, serviços de terceiros, etc.), por meio de um dos elementos indicativos no art. 26, §1º e incisos do Decreto Municipal 166/2019.

9.4 Para a avaliação quanto à Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS deverá ser apresentado junto à proposta comprovante de Registro ou Publicação no DOU do CEBAS.

9.5 Para avaliação acerca da infraestrutura deverá ser apresentado junto à proposta Relatório de infraestrutura contendo endereço completo, descrição do imóvel (número de salas, banheiros, etc), relação do mobiliário, relação de equipamentos e registro fotográfico. Deverá conter no relatório informações sobre gastos para implantação ou adequações, se houver.

9.6 A proposta e a documentação para classificação deverão ser apresentados em envelope lacrado na Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Doutor Porciúncula, 395, Venda da Cruz, São Gonçalo, a ser protocolado no período informado no item 5, de segunda a sexta-feira no horário de 10:00 às 16:00, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE SELEÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2021
INSTITUIÇÃO:

CNPJ:

ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

9.7 Envelopes que forem entregues em local e/ou horário diferentes não serão objeto de análise, não sendo permitida a participação de interessados retardatários e ou em desacordo com o Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

9.8 Somente serão admitidas propostas relacionadas aos objetivos especificados na forma do item 1.0 deste edital.

10.0 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 O parecer técnico para fins de classificação da Organização da Sociedade Civil com habilitação na etapa competitiva de que trata o item 11 deste edital será realizado por meio da avaliação dos seguintes critérios:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES			
Item 1: Adequação da Proposta aos objetivos e estratégias de ação para a execução do objeto da parceria.			
Elementos para avaliação	Nota		Meios de análise e comprovação
	Nota	Total de Pontos	
Adequação da proposta aos objetivos específicos (cláusula 4.2, Objetivos) em que se insere a parceria.	0 – não atende, proposta/OSC eliminada;	7,5	Subitem – letra “a”
	3,5 atende parcialmente;		
	7,5 – atende.		
Clareza e objetividade da proposta para	0 – não atende;	7,5	Subitem – letra “a”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

execução do serviço.	3,5 atende parcialmente; 7,5 – atende.		
Inovação e coerência da proposta para execução do serviço.	0 – não atende; 2,5 atende parcialmente; 5,0 – atende.	5	Subitem – letra “a”
Clareza, objetividade e coerência na proposta de gestão de informação (relatórios ref. a execução do serviço, registros de atendimentos, etc.)	0 – não atende; 2,5 atende parcialmente; 5,0 – atende.	5	Subitem – letra “a”
TOTAL DE PONTOS DO ITEM 1: 25 PONTOS			
Item 2: Consistência do Planejamento Financeiro			
Elementos para avaliação	Nota		Meios de
	Nota	Total de Pontos	análise e comprovação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Detalhamento, objetividade e coerência com valores de mercado do Plano de Aplicação de Recursos no que se refere aos Recursos Humanos do Serviço.	0 – não atende, Proposta/OSC Eliminada; 5,0 – atende parcialmente; 10,0 – atende.	10	Subitem – letra “b”
Detalhamento, objetividade e coerência com valores de mercado do Plano de Aplicação de Recursos para execução do serviço.	0 – não atende, Proposta/OSC Eliminada; 5,0 – atende parcialmente; 10,0 – atende.	10	Subitem – letra “b”
TOTAL DE PONTOS DO ITEM 2: 20 PONTOS			
Item 3: Experiência com o objeto			
Elementos para avaliação	Nota		Meios de análise e comprovação
	Nota	Total de Pontos	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Instituição já firmou convênio ou parcerias com a PMSG ou outros órgãos públicos/organização social de direito privado para execução de serviços, programas ou projetos com o mesmo objeto da parceria (analisar item 9).	0 - não possui; 2,5 - de 1 a 12 meses; 5,0 - até 24 meses; 7,5 - até 36 meses; 10,0 - acima de 36 meses.	10	Subitem – letra “c”
A Instituição já firmou convênio ou parcerias com a PMSG ou outros órgãos públicos/organização social de direito privado para execução de serviços, programas ou projetos voltados a Assistência Social.	0 - não possui; 2,5 - de 1 a 12 meses; 5,0 - até 24 meses;	10	Subitem – letra “d”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Instituição já firmou convênio ou parcerias com a PMSG ou outros órgãos públicos/organização social de direito privado para execução de serviços de acolhimento institucional de idosos.	0 – não possui; 2,5 - de 1 a 12 meses; 5,0 - até 24 meses; 7,5 - até 36 meses; 10,0 - acima de 36 meses.	10	Subitem – letra “d”
TOTAL DE PONTOS DO ITEM 3: 30 PONTOS			
Item 4: CEBAS			
Elementos para avaliação	Nota		Meios de análise e comprovação
	Nota	Total de Pontos	
A Instituição possui a Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social – CEBAS	0 – Não possui; 15,0 – Possui.	15	Subitem – letra “e”
TOTAL DE PONTOS DO ITEM 4: 15 PONTOS			
Item 5: Estrutura Física			
	Nota		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elementos para avaliação	Nota	Total de Pontos	Meios de análise e comprovação
A Instituição possui infraestrutura adequada para a gestão da parceria, já instalada, para acolher o serviço em questão.	0 – Não atende; 5,0 – atende parcialmente;	10	Subitem – letra “e”
OBS: possível compartilhamento com outros programas e serviços.	10,0 – Atende.	10	
TOTAL DE PONTOS DO ITEM 5: 10 PONTOS			
TOTAL DE PONTOS GLOBAL: 100 PONTOS			

10.2 Os critérios constantes da tabela no subitem anterior serão avaliados e pontuados pela Comissão de Seleção, a fim de se estabelecer a classificação das organizações da sociedade civil.

10.3 - Para fins de avaliação dos critérios, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- a. item 1: Proposta técnica de trabalho detalhada e adequada aos objetivos e diretrizes do Serviço em que se insere a parceria; clara, objetiva, inovadora e coerente quanto a proposta para execução do Serviço, apresentando plano de gestão de informação (relatórios ref. a execução do serviço, registros de atendimentos, etc.) de acordo com os marcos legais e normativos da Política de Assistência Social. A proposta que receber nota zero no elemento para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

avaliação “Adequação da proposta aos objetivos específicos (item 4.2. Objetivos) em que se insere a parceria” será eliminada.

- b. item 2: Proposta detalhada, objetiva e coerente com valores praticados no mercado demonstrados no item 9 da Proposta – Previsão de Despesas – no que se refere às naturezas de despesas necessárias à execução do Serviço, apresentando uma referência de preço para cada item especificado. (Despesas com pessoal e encargos, aquisição de materiais, mobiliário, serviços de terceiros, etc.) por meio de um dos elementos indicativos no art. 38, parágrafo único do Decreto Municipal 166/2019. A proposta que receber nota zero em qualquer elemento para avaliação deste item será eliminada.
- c. Item 3: Apresentação de documentação que comprove experiência conforme item 9 do presente edital;
- d. item 4: Comprovante de Registro ou Publicação no DOU do Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social – CEBAS).
- e. item 5: Apresentar Relatório de Infraestrutura contendo endereço completo, descrição do imóvel (número de salas, banheiros, etc), relação do mobiliário, relação de equipamentos e registro fotográfico. Deverá conter no relatório informações sobre gastos para implantação ou adequações, se houver.

10.3.1 Serão classificadas apenas as propostas que obtiverem pontuação igual ou superior a 50 pontos;

10.3.2 A Comissão de Seleção, de forma complementar à análise da documentação apresentada, poderá promover ou solicitar visita técnica à Organização da Sociedade Civil ou em locais indicados na proposta, com vistas à emissão de parecer técnico que definirá a classificação da mesma.

10.4 Havendo empate na classificação das propostas serão adotados os seguintes critérios para desempate:

- I. Maior Pontuação obtida no item 1 dos critérios de avaliação;
- II. Maior Pontuação obtida no item 4 dos critérios de avaliação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- III. Maior Pontuação obtida no item 2 dos critérios de avaliação;
- IV. Maior Pontuação obtida no item 3 dos critérios de avaliação;
- V. Maior Pontuação obtida no item 5 dos critérios de avaliação;
- VI. Permanecendo o empate, será realizado sorteio público;

10.4.1 Na hipótese de desempate mediante sorteio, o mesmo será realizado em sessão pública em endereço, data e horário a ser definido publicado no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

10.5 O resultado da etapa competitiva do processo de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município – DOM, no prazo estabelecido neste edital.

10.5.1 Caberá recurso do resultado da etapa competitiva do processo de seleção nos prazos determinados deste Edital.

11.0 DA ETAPA DE HABILITAÇÃO – AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

11.1 Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão classificadas sendo as Organizações da Sociedade Civil mais bem classificadas convocadas para apresentar a documentação relacionada, observando os itens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 deste Edital.

11.2 Na hipótese de OSC's melhores classificadas na etapa competitiva não atender aos requisitos exigidos no item 11.3.1 aquela imediatamente mais bem classificada será convocada para apresentar a documentação relacionada nos itens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 deste Edital.

11.3 A OSC que tiver a proposta selecionada e classificada, quando convocada, deverá entregar em envelope lacrado na Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Doutor Porciúncula, 395, Venda da Cruz, São Gonçalo, a ser protocolado no período informado no item 5 de segunda a sexta-feira no horário de 10:00 às 16:00, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO DE SELEÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01 /2021

MODALIDADE: INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA - ILPI

HABILITAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:_CNPJ:_ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO:

11.3.1 No envelope deverá constar toda a documentação capaz de habilitar a Instituição, quais sejam:

I – Habilitação jurídica, fiscal e trabalhista;

II – Habilitação Técnica;

III – Declarações e Termo de Compromisso, conforme anexos.

11.3.2 I - HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA

Para a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista a OSC/Instituição deverá apresentar os seguintes documentos:

- I. - cópia legível do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas nos arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- II. - cópia legível da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada na forma da lei;
- III. - cópia legível comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no [sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil](#), para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;
- IV. - cópia legível da Carteira de Identidade ou documento equivalente e CPF do representante legal da OSC;
- V. - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- VI. - Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (emitida no [sítio eletrônico oficial da Receita Federal.](#));
- VII. - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida no [sítio eletrônico oficial da Tribunal Superior do Trabalho](#));
- VIII. - Certidão de Regularidade Previdenciária;
- IX. - Certidão de Regularidade de FGTS;
- X. - certidão de quitação plena dos tributos municipais da Prefeitura Municipal de São Gonçalo;
- XI. - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado (conta de consumo ou contrato de locação);
- XII. - Comprovante de inscrição da organização da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

11.3.2.1 Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto dos incisos VI a VIII do subitem 11.3.2, as certidões positivas com efeito de negativas.

11.3.2.2 A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver.

11.3.3 II - HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.3.3.1 Para a habilitação técnica, a OSC deverá apresentar os seguintes documentos:

I- comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

- a. instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- b. relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- c. publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;
- d. currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
- e. declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
- f. prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;
- g. Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização **ou** sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

11.3.4- DECLARAÇÕES E TERMO DE COMPROMISSO

11.3.4.1 Além dos documentos elencados nos subitens do item 11.3.1, deverão ser apresentados pela Instituição, no envelope contendo a documentação de habilitação, as seguintes declarações:

- I.– Declaração – Art. 39 da Lei Federal 13.019 e Art. 28 do Decreto Municipal nº 166/2019 (nos termos do Anexo II);
- II. - Declaração Art. 7º, XXXIII, da Constituição da República (nos termos do Anexo III);
- III. Atestado de regularidade de prestação de contas ou declaração de inexistência de parceria junto ao Município (nos termos do Anexo IV).

11.3.4.2 A Comissão de Seleção avaliará a regularidade da OSC considerando-a apta à celebração da parceria e publicando o resultado da etapa de habilitação do processo de seleção no Diário Oficial do Município – DOM, no prazo estabelecido neste edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.3.4.3 Caberá recurso do resultado da etapa de habilitação do processo de seleção nos prazos determinados deste Edital.

12.0 DO RESULTADO FINAL

12.1 A OSC melhor classificada na etapa competitiva e apta na etapa de habilitação, após o julgamento dos recursos por ventura apresentados, será declarada vencedora, sendo o resultado final do chamamento público homologado e publicado no Diário Oficial do Município – DOM, no prazo estabelecido neste edital.

13 DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

13.1 A(s) OSC(s) declarada(s) vencedora(s), será convocada para, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua convocação, apresentar Plano de Trabalho consolidado, a ser implementado.

13.2 O Plano de Trabalho de que trata o subitem 13.1 deverá conter:

- I- descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado a relação entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
- II- descrição das metas a serem atingidas a de atividades ou projetos a serem executados;
- III- previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria, devidamente comprovadas, nos termos do subitem 13.3;
- IV- forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- V- definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

13.3 A previsão de receitas e despesas de que trata o inciso III do subitem anterior, deverá vir acompanhada da comprovação da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado por meio de um dos elementos indicativos abaixo, sem prejuízo de outros:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- I. contratações similares ou parcerias da mesma natureza concluídas nos últimos três anos ou em execução;
 - II. atas de registro de preços em vigência adotados por órgãos públicos vinculados à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios da região onde será executado o objeto da parceria ou da sede da organização;
 - III. tabelas de preços de associações profissionais;
 - IV. tabelas de preços referenciais da política pública setorial publicada pelo órgão ou entidade da administração pública municipal;
 - V. pesquisa publicada em mídia especializada;
 - VI. sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que com data e hora de acesso;
 - VII. – [Portal de Compras Governamentais](#);
 - VIII. – cotações com até três fornecedores ou prestadores de serviço, que poderão ser realizadas por item ou agrupamento de elementos de despesas.
- 13.4 A elaboração do Plano de Trabalho de que trata o subitem 13.1 será realizada em diálogo técnico com a administração pública, mediante reuniões e comunicações oficiais, nos termos do artigo 26, §3º do Decreto Municipal 166/2019;
- 13.5 Havendo necessidade de realização de ajustes no Plano de Trabalho, solicitado pela administração pública como condição para sua aprovação, será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para sua reapresentação pela OSC.
- 13.6 A aprovação do Plano de Trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

14 DA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

- 14.1 Homologado o chamamento e aprovado o Plano de Trabalho, a Instituição selecionada será convocada a assinar o Termo de Fomento no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da convocação, sob pena de decair o direito à parceria, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 14.2 Caso a OSC não assine o termo no prazo estabelecido no subitem anterior, é prerrogativa do Município convocar a próxima classificada ou decidir fazer novo processo de chamamento público.
- 14.3 O Termo de Fomento será firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, de acordo com a conveniência e disponibilidade orçamentária da Administração Pública e legislação vigente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

14.4 As despesas com a publicação do extrato do termo no Diário Oficial do Município “DOM” correrão por conta da Administração Pública Municipal.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Na hipótese de recusa injustificada de celebração do objeto do presente chamamento público por parte das OSC's vencedoras, no prazo de 05 dias úteis após a convocação formal feita pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitações ou outras seleções públicas municipais para celebração de parcerias e/ou contratos, por prazo não superior a dois anos.

15.2 A penalidade prevista no item anterior será aplicada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, facultada a defesa da OSC vencedora, no processo administrativo regularmente instaurado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da abertura de vista.

16.0 DOS ANEXOS

16.1 Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

ANEXO I - Modelo de proposta
Anexo II – Declaração – Art. 39 Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto Municipal: nº. 166/2019.
Anexo III – Declaração art. 7º, XXXIII, da Constituição da República
Anexo IV - Atestado de regularidade da prestação de contas ou declaração de inexistência de parceria junto ao Município
Anexo V – Plano de trabalho



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anexo VI - Minuta do Termo de Fomento

17 DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 A Comissão de Seleção é aquela que será instituída por Portaria da SEMAS a ser publicada quando da publicação deste edital.

17.2 Será facultado à Comissão de Seleção, promover, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do presente Chamamento Público e a aferição dos critérios de habilitação de cada OSC, bem como solicitar aos órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

17.3 Os documentos entregues, a proposta e seus anexos, não serão devolvidos qualquer que seja o resultado do chamamento público.

17.4 O Município, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, poderá revogar o presente Edital de Chamamento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.

17.5 A revogação ou anulação do presente Chamamento Público não gera direito à indenização.

17.6 A Organização da Sociedade Civil declarada vencedora do presente Chamamento Público estará credenciada para firmar parceria com o município de São Gonçalo visando à execução do projeto descrito neste instrumento.

17.7 A declaração de vencedora da OSC não implica relação de obrigatoriedade para formalização de parceria, contudo, havendo a celebração da mesma será obedecida a ordem de classificação.

17.8 Para a formalização da parceria a Organização da Sociedade Civil habilitada e classificada deverá comprovar a efetiva e regular inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência social (CMAS).

17.9 As parcerias que vierem a ser assinadas serão publicadas, por extrato, no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

17.10 Na aplicação dos recursos públicos serão sempre observados os princípios da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

17.11 Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal 13.019/2014, na forma estabelecida em cláusula específica do referido instrumento.

17.12 As questões não previstas neste Edital serão decididas pela Comissão de Seleção e caso necessário, por autoridade superior.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2021.

Edinaldo Basilio
Secretário Municipal de Assistência Social
Matrícula: 126.467



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Anexo I - Modelo de Proposta
Chamamento Público SEMAS Nº
01/2021.**

(Preferencialmente em Papel Timbrado da OSC)

1. DADOS CADASTRAIS		
Proponente		
Informar a razão social da organização		
CNPJ	Data de abertura do CNPJ	
Informar o número do CNPJ da organização	Informar a data de abertura do CNPJ (Formato dd/mm/aaaa)	
Endereço		
Informar o endereço em que a instituição está sediada		
Bairro:	Cidade	CEP
Informar o Bairro	Informar a cidade	Informar o CEP
Telefone	E-mail	
Informar um telefone fixo	Informar o e-mail da instituição	
Nome do representante legal:		
Informar o nome completo do representante legal da instituição		
Endereço Residencial do representante legal		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Informar o endereço residencial do representante legal (Rua, nº - bairro - cidade - UF)		
CPF	R.G.	Telefone(s)
Informar o CPF do representante legal	Informar o nº. do RG do representante legal	Informar o telefone do representante legal, com DDD
Período de Mandato da Diretoria		
De __/__/__ a __/__/__.		
Município:		
Prefeitura Municipal de São Gonçalo/Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)		
2. NOME DO PROJETO/ATIVIDADE		
Informar o título ou nome do projeto/atividade.		
3. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DE ATUAÇÃO		
Descrever o objeto e objetivo da OSC, as principais atividades executadas, um breve histórico de ações realizadas (preferencialmente aquelas que possuem relação com o objeto da proposta apresentada), público atendido, região de atuação, dentre outras informações. (Limite de 2 laudas)		
4. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO		
Elaborar as razões de interesse na realização da parceria.		
5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE		
Descrever a realidade na qual o objeto da proposta se insere (local, regional ou municipal), principais desafios encontrados, a relação desta realidade com o objeto da proposta e como a execução da proposta apresentada irá impactar nesta realidade.		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

6. OBJETO DA PROPOSTA
Descrever o objeto da proposta apresentada. Em geral, se apresenta através de verbos no infinitivo (realizar, executar, promover, capacitar, etc).
7. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA
Descrever a proposta, em consonância com as diretrizes e objetivos do serviço, demonstrando as ações previstas, o público estimado, a área de abrangência, os resultados esperados e a forma como se pretende alcançar os objetivos.

11. - CONTRAPARTIDA

Contrapartida da Organização da Sociedade Civil, se houver, de acordo com o edital. Descrever os bens, serviços e despesas complementares a serem aportados na execução da parceria, com a respectiva forma de mensuração.

12. - ASSINATURA DA OSC.

São Gonçalo, _____, de _____ de 2021

Nome/assinatura da Organização da Sociedade Civil

13. APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

São Gonçalo, _____ de _____ de 2021

nome/assinatura do técnico responsável



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anexo II

**Declaração - Art. 39 da Lei Federal
13.019/2014 e Art. 28 do Decreto Municipal nº.
166/2019 (preferencialmente em Papel
Timbrado da OSC)**

Declaramos que nossa Organização da Sociedade Civil, bem como nossos dirigentes não se enquadram nos motivos de impedimento do Art. 39 da Lei Federal 13.019/2014, bem como observará o disposto no Art. 28 do Decreto Municipal nº 166/2019.

Organização da Sociedade Civil

CNPJ:

Art. 39 (Lei Federal 13.019/2014): Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

- I. - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- II. - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- III. - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

na qual será celebrado o termo de Fomento ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV. - *tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:*

- a. *for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;*
- b. *for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;*
- c. *a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;*

V. - *tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade*

- a. *suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;*
- b. *declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;*
- c. *suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;*

VI. *declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.- tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;*

VII. - *tenha entre seus dirigentes pessoa:*

- a. *cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;*
- b. *julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

c. *considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.*

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º (Revogado).

§ 4º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 5º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Art. 28 – Além dos documentos relacionados no art. 27, a OSC, por meio de seu representante legal, deverá apresentar, no prazo de que trata o caput do art. 26, declaração de que:

- I. – *não há, em seu quadro de dirigentes:*
 - a. *membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;*
 - b. *cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”;*
- II. – *revogado;*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- III. – *não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:*
- a. *membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;*
 - b. *servidor ou empregado público, qualquer que seja o vínculo, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias*
 - c. *pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.*

São Gonçalo, ____ de _____ de 2021

Assinatura do representante legal da OSC.

Anexo III

Declaração do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República (Preferencialmente em Papel Timbrado da OSC)

Declaramos que nossa Organização da Sociedade Civil não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendizes, e que não detém empregados menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Organização da Sociedade Civil _____

CNPJ: _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Gonçalo, ____, de _____ de 2021

Assinatura do representante legal da OSC



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anexo IV

**Atestado de regularidade da prestação de
contas (Preferencialmente em Papel Timbrado
da OSC)**

1. Caso a Organização da Sociedade Civil for parceira em qualquer programa do Município de São Gonçalo com obrigação de prestação de contas:

Declaramos que nossa Organização da Sociedade Civil possui parceria celebrada com Município de São Gonçalo, através da Secretaria/Órgão

_____, com prestação de contas regular,
nos termos do atestado anexo.

(OBS: Juntamente a esta Declaração deve ser entregue Atestado de Regularidade da Prestação de Contas. O atestado deve ser exarado pelo órgão municipal responsável pela parceria, conforme modelo próprio).

OU

2. Caso a Organização da Sociedade Civil **não** seja parceira em qualquer programa do Município de São Gonçalo com obrigação de prestação de contas:

Declaramos que nossa Organização da Sociedade Civil não possui, nessa data, qualquer convênio, acordo de cooperação ou parceria com dever de prestar contas firmado com a administração direta ou indireta do Município de São Gonçalo.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assinatura do representante legal da OSC

Anexo V



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anexo VI

**MINUTA PADRÃO DE TERMO DE
FOMENTO**

Termo de Fomento Nº PROCESSO Nº
Instrumento Jurídico:

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
OBJETIVANDO O ABRIGAMENTO DE IDOSOS
NA MODALIDADE DE ILPI.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.636.579/0001-00, com sede na Rua Feliciano Sodré, nº. 100, Centro, São Gonçalo/RJ, representado neste ato, de acordo com o Decreto nº 026/2021, publicado no Diário Oficial em 19 de janeiro de 2021, pelo Ilustríssimo Senhor Secretário do Município de São Gonçalo **EDINALDO BASÍLIO**, brasileiro, domiciliado na Cidade de São Gonçalo, titular da carteira de identidade nº 099753741 – IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.164.647-71 e, de outro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

_____, entidade filantrópica, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na Rua _____, São Gonçalo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº. _____, nas correspondentes, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente Termo de Fomento tem por objetivo estabelecer a execução de serviços de acolhimento institucional de longa permanência para idosos, para atendimento de até 90 (noventa) usuários de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o artigo 212 da Lei Orgânica Municipal e com o artigo 3º do Estatuto do Idoso, no âmbito da Proteção Social Especial, conforme Plano de Trabalho apresentado.

Parágrafo Primeiro – Faz parte integrante deste TERMO, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho devidamente aprovado pelo gestor municipal.

Parágrafo Segundo – Integra o presente Termo de Fomento o “Plano de Trabalho” (em anexo), no que couber e não for contrário à Administração Pública, no âmbito da legislação pertinente, observando-se especificamente em sua vigência os Princípios Constitucionais da estrita legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência (artigos 5º, I, II; 37, § 1º; 41, da CF).

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1- São obrigações dos Partícipes:

I – Da Administração Pública Municipal:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento ou termo de fomento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- h) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- i) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - Da Organização da Sociedade Civil:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de Fomento ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA-DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

3.1 - O montante de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais) mensalmente, perfazendo o montante global de R\$ 2.430.000,00 (dois milhões e quatrocentos e trinta mil reais), pelo período de 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro - O valor mensal será de R\$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais) limitado a 90 (noventa) vagas, podendo ser ampliado na forma da legislação vigente.

3.2 - Para garantir o repasse financeiro deste Termo de Fomento ficará reservada a quantia a ser repassada no Programa de Trabalho nº 2345.08.244.2072-2.209



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Natureza da Despesa: 3.3.50.43.00 Fontes: 27 e 60, do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. A liberação dos recursos será efetivada de acordo com o cronograma de desembolso constante no plano de trabalho.

3.3 - O valor da renda per capita prevista no item 3.1 Parágrafo Primeiro será reajustado anualmente pelo índice do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de Fomento ou de fomento;

III- quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – aquisição de materiais de natureza permanente e/ou obras;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará por 12 meses a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial, sendo a data inicial ____ de _____ de 2021, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais

à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo primeiro - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Parágrafo segundo - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até trinta dias a partir da data de recebimento do repasse, ficando o repasse seguinte condicionado a apresentação da prestação de contas.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 -A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Parágrafo primeiro - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias após notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo segundo - Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.5 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

Parágrafo único - O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.6 - As prestações de contas serão avaliadas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.7 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.8 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de Fomento ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.9 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações na minuta deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas e sua forma de aplicação estão elencadas no artigo 75 e parágrafos e artigo 76 do Decreto Municipal 166/2019.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente termo de Fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de Fomento ou dos aditamentos, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal, observado o prazo estipulado no art. 42, inciso XVI, da Lei 13.019/2021, a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de São



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gonçalo, do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São Gonçalo, _____, _____, de 2021.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Testemunhas:

1) _____

CPF:

2) _____

CPF: